



# Anais da Assembléia

Nº 38

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namiir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania  
(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 35.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1993  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Domingos Carvalho e Júlio Bifon.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Anibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pu-dell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, Júlio Bifon, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Lourenço Fregoneze (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 983

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 182 do Regimento Interno, ouvido o Plenário, REQUER, regime de urgência para o Projeto de Lei n° 110/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça do Estado.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 984

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência ao Projeto de Lei n° 102/93, que fixa o vencimento básico mensal do cargo de Desembargador, a partir de 1º de março de 1993; e que o mesmo seja enviado para a Comissão Geral do Plenário, em 29.04.93.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) JÚLIO BIFON

REQUERIMENTO N° 977

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constante da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) JÚLIO BIFON

REQUERIMENTO N° 985

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a retirada do Projeto de Lei n° 106/93 da Ordem do Dia por 3 (três) sessões, que cria a Região Administrativa da Cantuquiriguaçu, integrada pelos municípios que especifica.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO N° 981

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER, o envio, ao Poder Executivo, do Anteprojeto de Lei em anexo, como subsídio a mensagens futuras sobre o assunto em tela.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 982

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o arquivamento do Projeto de Lei n° 014/93, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 993

Senhor Presidente.

Dada a importância do MERCOSUL para o País e suas repercussões sócio-econômicas

no Estado do Paraná, é o cronograma já em ação.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, a constituição de Comissão Parlamentar para acompanhamento e incentivo das Ações para viabilização do MERCOSUL e sua interação sócio-econômico-política com o Estado do Paraná em seus objetivos e ações.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

A principal novidade dos anos 90 é a mudança da geografia mundial. Curiosamente, ela se movimenta em sentidos opostos: no campo político e cultural, de subdivisão; e no campo econômico, de aglutinação. O Leste Europeu e a ex-URSS são exemplos típicos do primeiro movimento. E os blocos econômicos, do segundo: Comunidade Europeia, integrada pela Bélgica, Dinamarca, Alemanha, França, Grécia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha e Reino Unido; Mercado Comum do Norte (MERCNORTE), EUA, Canadá e México; Sudeste Asiático, Japão, Coréia, Cingapura, Hong Kong, Tailândia, Indonésia, Filipinas, Malásia, Taiwan; e Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Em 6 de julho de 1990, com as mudanças introduzidas nos programas econômicos dos governos brasileiro e argentino e a adoção de novos critérios de modernização e de competitividade, foi firmada a Ata de Buenos Aires que fixou o prazo de 31 de dezembro de 1994 para a confirmação definitiva do mercado comum entre Brasil e Argentina. Em agosto do mesmo ano, Paraguai e Uruguai foram convidados a juntar-se ao processo em curso, o que veio a resultar na assinatura pelos quatro países, em 26 de março de 1991, do Tratado de Assunção para constituição do Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. A incorporação do Paraguai e do Uruguai no processo integracionista se deu em consonância com a importância política e a densidade econômica dos países que unem os quatro países.

O MERCOSUL, ao final dos prazos de consolidação se firmará como um grande mercado com 190,04 milhões de habitantes e US\$ 433,63 bilhões de Produto Interno Bruto (PIB). E dentro da nova geografia mundial a organização dos países em blocos de interesse será a forma adequada para enfrentar os novos tempos e desafios, proporcionando condições de vida e bem-estar às populações.

No caso específico do MERCOSUL, o Paraná por sua localização estratégica e pela produção agroindustrial e outros setores da economia, deverá se empenhar para que o resultado da inserção do Brasil no

contexto Sul-Americano venha de encontro com as necessidades e as possibilidades do Estado e da sociedade paranaense.

#### REQUERIMENTO N° 994

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais e;

Considerando a existência no âmbito das Assembléias Legislativas Estaduais do Sul, de uma Comissão de integração e consulta, voltada para a articulação e promoção dos interesses comuns dos Estados da Região Sul, criada em 1968, conforme documentação anexa;

Considerando que a citada Comissão resultou inativa por força da conjuntura autoritária do período;

Considerando que na área do Poder Executivo as instituições de articulação do Sul prosseguiram funcionando, com o Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul - CODESUL e o Banco Regional de Desenvolvimento e Integração - BRDE;

Considerando as consultas preliminares realizadas durante encontro de Assembléias Legislativas da Região Sul, em Florianópolis, Santa Catarina, em 24 de março de 1993 e a convocação de novo encontro similar em Chapecó, também naquele Estado, em 05 de maio próximo;

REQUEREM a reativação da dita Comissão, sob a denominação de Comissão Parlamentar Interestadual da Região Sul, tendo pelo Estado do Paraná, como Presidente nato, o Presidente da Assembléia Legislativa e 09 (nove) membros, indicados pelas bancadas partidárias nos termos regimentais e que elegerão entre si um Coordenador Estadual, recebendo suporte operacional da Secretaria da Casa e que funcionará com base no Regimento aprovado em 1969, com os ajustes que se fizerem necessários.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) ANIBAL KHURY

Apoiamento: Ademar Traiano, Dirceu Manfrinato, Luiz Carlos Martins, Carlos Simões, Mário Bezerra, Arlindo Troian, Algaci Túlio, Cleiton Kielse, Cezar Silvestri, João Preis, Alceu Swarowski, Oswaldo Trevisan, Orlando Pessuti, Heinz Herwig, Lourenço Fregonese, Renato Adur, Edson Silva Lino, Hermas Brandão, Doutor Rosinha, Luiz Carlos Zuk, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Emilia Belinati, João Iensen, Erondy Silvério, Nelson Garcia, Domingos Carvalho, Luiz Henrique Bona Turra, Severino Félix e 2 ilegíveis.

#### REQUERIMENTO N° 976

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Voto de

Pesar pelo falecimento do Jornalista Nelson Annunziatto Lopes, responsável pelo Jornal da Manhã. Outrossim, solicitamos que seja dada ciência da decisão da Casa à família enlutada.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

**JUSTIFICATIVA:**

Faleceu na cidade de Ponta Grossa, o Jornalista Nelson Annunziatto Lopes, responsável pelo Jornal da Manhã. Nelson Lopes foi assessor de imprensa, ocupou as funções de Diretor de Gabinete e Diretor de Secretaria na Câmara Municipal de Ponta Grossa. Tendo em vista o passamento de tão ilustre membro da comunidade pontagrossense é que formulamos o requerimento, que por certo contará com o apoio de meus nobres Pares.

**REQUERIMENTO N° 986**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de voto de congratulações dirigido ao estudante secundário Jair Elias dos Santos Júnior, parabenizando-o por sua recente eleição ao cargo de Presidente da Comissão Provisória do Conselho da Juventude da cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 987**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER a consagração em Ata de voto de congratulações e regozijo, dirigidos respectivamente, ao Senhor Douglas Brzezinski e a Senhora Patrícia Juliana Deitos, diretores proprietários do Jornal A Notícia de Fato, fundado em 1° de março de 1993, na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 988**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER a inserção em Ata de voto de congratulações à nova Diretoria da Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - AEACM, pela eleição e posse recentes, devendo o mesmo ser formulado na pessoa do engenheiro agrônomo Cláudio Rizzatto, eleito presidente.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

**REQUERIMENTO N° 989**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de voto de congratulações dirigidos ao Senhor Ephigênio José Carneiro, por sua eleição e assunção do cargo de governador do Distrito L-21, do Lions Club Internacional de Campo Mourão, que deverá ocorrer no vindouro mês de julho na cidade de Minneápolis, nos Estados Unidos da América do Norte.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

**JUSTIFICATIVA:**

De parabéns a comunidade campomouraense, pela recente eleição do Senhor Ephigênio José Carneiro, para o importante cargo de Governador do Lions Club Internacional, Distrito L-21, o que fará de Campo Mourão, a partir de julho o centro do leonismo norte paranaense para o biênio 93/94.

Seu reconhecido dinamismo, determinação e capacidade realizadora, permitem reconhecê-lo por seus inúmeros e relevantes serviços prestados à comunidade de Campo Mourão.

Pioneiro do ensino e da saúde naquela cidade, estudioso das causas comunitárias, por certo à testa da governadoria poderá continuar prestando inúmeros e inestimáveis trabalhos à gente de Campo Mourão e região.

**REQUERIMENTO N° 978**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente ao Secretário de Estado dos Transportes Doutor Mário Pereira ao Diretor Geral do DER, Rogério Wallbach Tizzot, ao Diretor de Conservação do DER, Oscar Gayer, extensivo ao 3° Centro Regional de Londrina e ao 18° Centro Regional de Apucarana "Votos de Louvor" pela instalação da sinalização vertical "Taxa Refletiva" no contorno norte de Rolândia, Rodovia Rolândia X Porto Capim e PR 444 Arapongas Mandaguari.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) EURIDES MOURA

**JUSTIFICATIVA:**

A instalação da "Taxa Refletiva", assegura ao motorista no período noturno o tráfego com segurança, diminuindo os índices de acidentes e proporcionando visibilidade total em qualquer condição climática.

O presente projeto deveria ser extensivo a todas as rodovias de responsabilidade do Governo do Estado, tal a sua utilidade e praticidade.

**REQUERIMENTO N° 967**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de agradecimento ao Doutor Saulo Pinto Moreira, assessor Especial do Gabinete da Presidência da República, pelo seu empenho e solidariedade à Comitativa de Parlamentares Paranaenses, na ocasião em que estivemos em Brasília, acompanhando na Câmara dos Deputados Federais a votação do projeto que autorizava a realização do plebiscito para a criação do Estado do Iguazu.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos, com esta propositura, agradecer o empenho e solidariedade à Comitativa de Parlamentares Paranaenses, demonstrada pelo Doutor Saulo Pinto Moreira, assessor Especial do Gabinete da Presidência da República, na ocasião em que estivemos em Brasília, acompanhando na Câmara dos Deputados Federais a votação do projeto que autorizava a realização do plebiscito para a criação do Estado do Iguazu, derrotado por ampla maioria dos parlamentares federais.

REQUERIMENTO N° 964

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se aos Senhores Governador do Estado, Doutor Roberto Requião, e Secretários de Estado da Educação e da Administração, respectivamente, Professor Elias Abrahão e Doutor Luiz Gastão Franco de Carvalho, no sentido de que seja nomeado o Professor Manoel Gomes para ocupar o cargo em Comissão, símbolo 1-C, como Coordenador do Centro de Informática na Educação do Paraná, Núcleo de Maringá.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Como justificativa, o histórico e as principais metas do Centro de Informática na Educação, por si diz da oportunidade deste requerimento.

REQUERIMENTO N° 974

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, que seja oficiado ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado - Dr. Roberto Requião, solicitando-lhe que determine à Secretaria de Estado da Educação, dentro do Plano de Investimentos seja colocado como prioridade, a doação de um veículo Kombi, para a Escola Especial Pedacinho do Sol - APAE, Associação de Pais e Amigos dos Excepcio-

nais de Florai, que será utilizado no transporte de escolares.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) JOÃO PREIS

JUSTIFICATIVA:

Enfrentam atualmente, diversas dificuldades os alunos e professores em termos de locomoção.

Na realidade, na maioria dos casos, professores e alunos são transportados em veículos da comunidade, da prefeitura e mesmo em cima de caminhões, quando é possível, colocando em risco a vida dos mesmos.

Sendo injusta tal prática e principalmente por ser incompatível com a situação de alunos e professores, torna-se importante que essa Pasta dê o devido atendimento a presente reivindicação, voltada fundamentalmente para a eliminação da situação vivida por aquela comunidade escolar.

REQUERIMENTO N° 963

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa que, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao D.S.T.C. - Divisão de Serviços de Transporte Comercial, em atenção ao seu Chefe, Doutor CÉSAR BENOLIEU, solicitando as seguintes informações:

- A Empresa de Ônibus Viação Real S/A, fazia a linha de Mandaguaçu, passando pelo Distrito de Pulinópolis até o município de Atalaia. Isto, antes de asfaltarem o trecho de 10 km de Mandaguaçu ao Distrito de Pulinópolis. Após a conclusão deste trecho de asfalto, a Empresa parou de operar esta linha, deixando centenas de trabalhadores rurais que residem no Distrito de Pulinópolis e trabalham na sede do município, mais precisamente na Usina Santa Tereziinha, sem transporte de passageiros. Com isto, a maioria não consegue emprego nos outros municípios vizinhos, porque não tem meio de transporte.

Solicitamos que a Empresa Viação Real S/A volte a operar esta linha pelo menos três vezes ao dia: cedo, na hora do almoço e à tarde; ou então dê permissão para outras empresas que desejam fazer este trajeto.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO N° 966

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado ofício dirigido ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, com intuito da liberação de ma-

teriais odontológicos para a municipalidade de Araruna.

Atualmente, não vem sendo possível atender a contento a todas as pessoas que necessitam de tratamento dentário. Os problemas enfrentados decorrem da falta de materiais mínimos, até mesmo como trabalho preventivo.

Que essa Secretaria de Estado avalie, na medida do possível, e dê o necessário respaldo a tão justa solicitação.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) TOTI COLAÇO

#### REQUERIMENTO N° 969

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM envio de expediente aos Líderes dos Partidos Políticos da Câmara Federal, solicitando a aprovação do requerimento referente à criação da CPI que investigará irregularidades nas verbas destinadas ao combate da seca no Nordeste.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(aa) DOUTOR ROSINHA

OVIDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos passando por uma fase em que nossa população sofre com tanta miséria e fome, principalmente pelos desmandos políticos de governantes que se preocupam com seu enriquecimento em detrimento de administrar segundo necessidades da população.

Todo desvio de dinheiro público deve ser apurado, num país que se pretende resgatar a moral e a ética na política.

Segundo o levantamento realizado pela Folha de São Paulo junto ao Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) revela que 60% (sessenta por cento) dos poços profundos perfurados pelo órgão em 1992, foram feitos em terrenos particulares, sendo que a prioridade do órgão era em áreas públicas.

Os órgãos públicos devem ser administrados com transparência e a serviço e benefício da população que trabalha e contribui financeiramente, e não desviados para favorecer interesses particulares de minoria privilegiada política e economicamente.

Neste sentido, apoiamos a criação da CPI da Seca, onde esta poderá analisar e apresentar um diagnóstico sobre a atuação do DNOCS.

#### REQUERIMENTO N° 970

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão,

Curitiba, quarta, em 28.04.93

solicitando ônibus e veículos, para estudantes do Município de Cândido de Abreu.

O Município de Cândido de Abreu, com uma área de 1533 Km<sup>2</sup>, um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 20.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside o quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 972

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Educação, Professor Elias Abrahão, solicitando ônibus e veículos, para estudantes do Município de Reserva.

O Município de Reserva com uma área de 1718 Km<sup>2</sup>, um Município essencialmente agrícola, com uma população aproximadamente de 30.000 habitantes, dos quais na sua maioria reside o quadro rural.

Sendo assim, o Município se obriga a colocar vários veículos à disposição do transporte escolar, inclusive com horários intercalados, visto que o número de estudantes que se desloca do campo para a cidade é grande.

Desta forma, a Prefeitura não vem conseguindo atender a demanda, e por isso, necessita deste recurso através da Secretaria de Educação, para dar continuidade no setor de transporte escolar.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO N° 975

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente a CIBA-GEIGY QUÍMICA S/A, para que ela pesquise o uso do esterilizador de pulgas PROGAM em outros animais, além dos domésticos, como, por exemplo, nos bovinos; ovinos, suínos e etc.

Contando, ainda, do mesmo expediente, o envio de parabéns à referida empresa, pelo desenvolvimento do esterilizador de pulgas PROGAM para o uso em animais domésticos, tais como cães e gatos.

Sala das Sessões, em 28.04.93

(a) DOMINGOS CARVALHO

## JUSTIFICATIVA:

O esterilizador de pulgas PROGAM, desenvolvido pela CIBA-GEIGY QUÍMICA S/A, conforme consta nos noticiários, é um medicamento que funciona como anticoncepcional para pulgas, eliminando em pouco tempo as que infectam os animais domésticos e o ambiente onde eles vivem.

Então este tipo de medicamento vem reduzir o uso de inseticidas, reduzindo, portanto, a contaminação e a poluição do meio ambiente, via de consequência, melhorando as condições de vida da população.

Todavia, por outro lado, acreditamos em uma evolução das pesquisas e que o esterilizador PROGAM possa ser utilizado em outros animais, principalmente na pecuária, baixando, desta forma, os custos e os riscos de poluição.

## REQUERIMENTO N° 979

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER envio de expediente oficial ao Ministro de Estado dos Transportes, Alberto Goldmann, solicitando a colocação de "Taxa Refletiva" na BR-277, com prioridade no trecho da Serra do Cadeado, tornando segura a viagem no período noturno para os milhares de usuários que dela fazem uso diuturnamente.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) EURIDES MOURA

## JUSTIFICATIVA:

Tendo em vista a instalação das "Taxas Refletiva" no contorno Norte de Rolândia, na rodovia Rolândia X Porto Capim e na Rodovia Mandaguari X Arapongas, com muito sucesso, proporcionando total visibilidade no período noturno em qualquer condição climática e melhorando sensivelmente as condições de segurança dos milhares de usuários, acreditamos que com a instalação das mesmas na BR-277, as condições de segurança da Rodovia do Café, onde as intempéries são extremamente variáveis, será de grande utilidade para seus usuários.

## REQUERIMENTO N° 990

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER o envio de expediente ao Senhor Eduardo Requião de Mello e Silva, Secretário de Estado do Meio Ambiente, solicitando que o mesmo determine aos setores competentes do Instituto Ambiental do Paraná, antigo ITCF, para que dêem prosseguimento a assistência que vinha sendo prestada aos moradores da Vila Guarujá, na cidade de Campo Mourão, com vistas à regularização de

suas posses por usucapião.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Questões meramente políticas não podem nem devem justificar o esquecimento às básicas necessidades da população do Estado do Paraná.

O ITCF, hoje IAP, na administração municipal passada do município de Campo Mourão, vinha desenvolvendo trabalho de assessoria e assistência, voltado à regularização das posses por usucapião, aos moradores da Vila Guarujá.

Estranhamente, após o advento da posse da nova administração municipal local, tal serviço foi paralisado injustificadamente.

O presente requerimento, objetiva o alertamento do problema que poderá advir dessa paralisação, que se retomado poderá evitar que as 200 famílias ali instaladas, continuem seu processo de desintegração socio-econômica em relação à sede municipal, imprescindível, portanto, a retomada do trabalho que vinha sendo prestado.

## REQUERIMENTO N° 991

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente dirigido à Sua Excelência o Senhor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, solicitando que o mesmo venha ceder ao município de Campo Mourão, uma das duas instalações de propriedade do Estado, destinadas à Secretaria de Estado de Segurança Pública, lá existentes, que se encontram vazias, para sediar o serviço de Tiro de Guerra naquele município, dentro do convênio existente entre o Estado do Paraná e o Ministério, para a construção da FERROESTE.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Inúmeros fatores, principalmente os de ordem econômica e social vividos pelas cidades do interior do Brasil e dos Estados, têm contribuído para a evasão das populações para os grandes centros, agravando ali os problemas existentes.

Antiga reivindicação da comunidade de Campo Mourão, é a de ver ali instalado e desenvolvido o serviço militar obrigatório aos jovens que atingem 18 anos de idade.

Região eminentemente agrícola, embora o advento da tecnologia, não pode aquele município prescindir da mão-de-obra indispensável ao seu desenvolvimento.

Todos sabemos que uma das causas da evasão do jovem de seus municípios é o serviço militar. Vindo do interior, dificilmente para lá retorna após a baixa.



Preocupados em evitar tal realidade, é que através do presente solicitamos ao governo do Estado a cessão do imóvel, destinando-o à instalação do Tiro de Guerra.

Considerando que a sistemática para implantação exigiria grande investimento inicial da Prefeitura, considerando ainda, que como a grande maioria dos municípios brasileiros, a administração pública de Campo Mourão não dispõe de recursos para tal fim, considerando que na condição de representante daquele município não poderíamos permanecer indiferentes às suas justas pretensões, é que, em apoio à iniciativa daquela administração municipal, intervimos junto ao Poder Executivo do Estado.

#### REQUERIMENTO N° 971

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Exmo. Sr. Secretário da Segurança Pública, Dr. Moacir Favetti, no sentido de se mandar consertar a ambulância do Instituto Médico Legal, lotada na cidade de Ponta Grossa, que sofreu violento acidente no final da última semana naquela cidade, e também que seja adquirida uma outra ambulância para o mesmo órgão.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Médico Legal, situado na cidade de Ponta Grossa perdeu nos últimos tempos as duas únicas viaturas que serviam para transporte de cadáveres, ficando esse trabalho, atualmente, a ser feito pelas funerárias da cidade.

É nesse sentido que formulamos o presente requerimento ao Sr. Secretário da Segurança Pública para que se mande reparar a ambulância acidentada na última semana e que a Secretaria adquira outra para ser enviada ao IML de Ponta Grossa.

#### REQUERIMENTO N° 968

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no exercício de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Ilmo. Sr. Alcyr Calliari - Presidente do Banco do Brasil S/A - Brasília - DF, no sentido de ajudar a reforma agrária de âmbito nacional, financiando os projetos do Ministério da Agricultura, Abastecimento e Reforma Agrária e outros órgãos congêntos.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

No Brasil de hoje amplia-se cada vez mais o número de famílias que, não tendo condições de permanência no campo, passam

Curitiba, quarta, em 28.04.93

a engrossar a leva de trabalhadores que se deslocam para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Todavia, tais trabalhadores, ao se dirigirem para os centros urbanos, aqui não encontram trabalho, moradia, escola para os filhos, passando, portanto, a viver em favelas em condições muitas vezes de extrema miserabilidade.

Urge que se tomem medidas efetivas para colocar em prática o processo de reforma agrária nacional, pois só assim se estancará o êxodo rural que grassa em todo o território brasileiro.

#### REQUERIMENTO N° 965

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes solicitando providências para a duplicação de trecho da Rodovia PR-317, localizado entre a BR-376 e a PR-323, referente ao Contorno Oeste de Maringá, conforme justifica.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) JOAO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

O trecho da Rodovia PR-317, localizado entre as Rodovias BR-376 e PR-323, correspondendo ao Contorno Oeste de Maringá, tem recebido intenso fluxo de veículos, numa média diária de 15.000, provocando muitos acidentes, além do congestionamento costumeiro. Nesse trecho tem ocorrido várias mortes, e vem preocupando os moradores dos bairros próximos a esse trecho, como a população do Jardim Industrial e do Parque Itaipu.

A duplicação daquele trecho, numa extensão aproximada de 4 quilômetros, é de extrema necessidade, para desafogar o trânsito naquele trecho e evitar maiores danos para transeuntes e para o próprio sistema rodoviário.

#### REQUERIMENTO N° 973

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de correspondência ao Diretor do Instituto Médico Legal, solicitando que se mande reparar a ambulância do Instituto Médico Legal, que presta serviços na cidade de Ponta Grossa, que sofreu violento acidente no final da última semana naquela cidade, e também, que seja adquirida uma outra ambulância para aquele setor que funciona naquela cidade paranaense.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### JUSTIFICATIVA:

O Instituto Médico Legal, na cidade de



Ponta Grossa perdeu nos últimos anos as duas únicas ambulâncias que serviam para transporte de cadáveres, ficando esse trabalho para as funerárias da cidade.

É nesse sentido, para resolver tão grave problema, que formulamos o presente requerimento para que se envie correspondência ao Sr. Diretor do Instituto Médico Legal do Estado para que se mande reparar a ambulância acidentada e que seja adquirida outra viatura para ser enviada ao IML de Ponta Grossa.

## REQUERIMENTO N° 980

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, informações do Governador do Estado, Sr. Roberto Requião quanto à regulamentação da Lei n° 9490, de 21 de dezembro de 1990, que institui o vale-transporte para os servidores públicos estaduais e a imediata concessão do benefício.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) EMILIA BELINATI

(aa) Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Cezar Silvestri, Luiz Carlos Zuk, Ernani Pudell, Colombino Grassano, Mário Bezerra e Heinz Herwig.

## JUSTIFICATIVA:

No ano de 1991 fomos co-autora de projeto de lei regulamentando a instituição de vale-transporte para todos os servidores públicos estaduais, que acabou sendo rejeitado pelo Plenário desta Casa. O argumento apresentado foi que o benefício já estava previsto na Lei n° 9490, faltando apenas a sua regulamentação pelo Poder Executivo, de acordo com seu artigo 7°. Mas isso não ocorreu até a presente data.

Diante da omissão do Poder Executivo - a quem cabe tal iniciativa - os servidores encontram-se em difícil situação, pois muitos acabam usando boa parte de seu salário com transporte. Exemplo disso é um servidor que recebe o mínimo de Cr\$ 3.500.000,00 e gasta Cr\$ 1.300.000,00 mensais com transporte. Será que 2.200.000,00, dão para sua sobrevivência? Certamente que não. Hoje, qualquer empresa concede este benefício aos seus funcionários. Por que o Estado não pode fazer o mesmo, para que o servidor possa melhor desempenhar suas funções, sem ficar preocupado em como chegar ao serviço no próximo dia?

Acreditamos que na época da sanção da Lei n° 9490 foram elaborados estudos pela Secretaria de Administração para a instituição deste benefício. Por que, então não foi ainda regulamentado? Até quando a lei do vale-transporte vai existir no mundo jurídico, mas sem produzir efeitos? É inadmissível que o Poder Público continue

se negando a tomar a decisão de conceder o benefício.

## REQUERIMENTO N° 992

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no artigo 55 da Constituição do Estado do Paraná, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, o envio de pedido de informações dirigido ao Sr. Heron Arzua, Secretário de Estado da Fazenda, solicitando as mesmas determinações para que o Sr. Heitor Wallace de Mello e Silva, Presidente do Banco do Estado do Paraná, informe os motivos que determinaram a desativação e o fechamento da Agência Regional daquele Banco na cidade de Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) NAMIR PIACENTINI

## JUSTIFICATIVA:

Injustificável o desapareço e a desconsideração das autoridades do Estado pelo município de Campo Mourão.

O município de Campo Mourão, sede da microrregião doze, composta por vinte e cinco municípios da região, constitui punjante célula da região Centro Oeste do Estado do Paraná.

Reconhecido como grande produtor agrícola e como pólo gerador de riquezas, ali acha-se instalada a COAMO, maior cooperativa de grãos do Brasil, produzindo e gerando, via de consequência divisas inestimáveis para o Estado do Paraná.

Inexplicavelmente, teve aquela região a regional do Banco do Estado do Paraná desativada, deixando perplexos os variados segmentos de economia local.

Através do presente pedido de informações, pretende este parlamentar a coleta de subsídios que lhe permitam desenvolver gestões para a reativação daquela regional.

## Projetos de Lei:

## PROJETO DE LEI N° 150-93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominado Eng° DARCI GOMES DE MORAIS, o trecho da PR 412, (Praia de Leste - Pontal do Sul), extensão de 17,7 Km.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) HEINZ HERWIG

## JUSTIFICATIVA:

A presente iniciativa se dá em razão, ao reconhecimento do trabalho e a vida dedicada em prol do DER/PR, pelo nobre Eng°.

DARCI GOMES DE MORAIS.

Para enriquecer a presente justificativa anexamos cópia do Curriculum-Vitae.

PROJETO DE LEI N° 151-93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a FUNDAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DE RIO NEGRO - FUNDIR, com sede e foro na cidade de Rio Negro.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A Fundação Comunitária de Desenvolvimento Integrado de Rio Negro - FUNDIR, foi criada com a finalidade básica de despertar, exercer e coordenar atividades culturais, educacionais, assistenciais sociais, comunitárias, filantrópicas, artísticas e de pesquisas, entre outras discriminadas em seu estatuto.

Não tem fins lucrativos e sua Diretoria não é remunerada.

O relatório de suas atividades no exercício de 1992, acostado ao presente plano de lei, demonstram o cuidado com que ela procurou desenvolver suas atividades.

Partindo de um plano anual, procurou definir um espaço físico para seu funcionamento e tratar de sua organização ideal para cumprir seus objetivos.

Estruturada a parte funcional, com aquisição de móveis e utensílios, bem como a contratação de empresa especializada para proceder à contabilidade, suas realizações foram profícuas e merecedoras de reconhecimento.

Coube à FUNDIR a Coordenação da Escola do Trabalho - SENAC, onde foram ministrados cursos de Auxiliar de Crédito e Almo-xarife, conjugados com Datilografia e também deste último em separado, ao lado de outros, tais como Garçom, Cozinheiro, Auxiliar de Escritório, Relações Interpes-soais no Trabalho e Primeiros Socorros, além de outros, realizados através de convênio, abrangendo as áreas de informática, aprendizagem industrial.

Vários projetos de importância foram programados, a partir de Cursos Superiores de Administração Rural, Engenharia Agrícola e Zootecnia, com encaminhamento ao Ministério de Ação Social, de planos para construção de Ateliês de Artesanatos de Lã e de Cozinhas Comunitárias.

Paralelamente, diversas visitas a entidades padrões foram programadas e realizadas, com grande proveito.

Tais fatos bem demonstram os serviços

Curitiba, quarta, em 28.04.93

de utilidade pública que estão sendo pres-tados pela FUNDIR, não só à comunidade de Rio Negro, como, de igual, ao Estado do Paraná, colaborando com o seu desenvolvi-mento, através de suas atividades básicas, justificam a propositura do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI N° 152-93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° Fica delarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL WESLEYANA DA VILA SÃO PEDRO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-posições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) ALCEU SWAROWSKI

JUSTIFICATIVA:

A Associação e Assistência Social Wesleyana da Vila São Pedro foi criada com o objetivo de desenvolver atividades que concorram para o atendimento da criança, extensiva ao dos adolescentes, adultos e idosos.

Para isso, foi prevista a implantação e manutenção do Clube das Mães.

O incentivo à participação da comuni-dade tornar viável a todas as famílias o acesso à assistência primária e à saúde.

Suas atividades assistenciais aos seus membros mais carentes, vão além dos prin-cípios estatutários, para se tornar reali-dade, em que pese a difícil missão encam-pada pela entidade.

O amparo à maternidade e à infância, desde o atendimento às gestantes até os trabalhos de artesanato e a promoção de cursos de corte e costura, pintura em tecidos e outros para promover a integração da família dentro de um orçamento digno, constam do relatório juntado ao presente plano de lei.

A orientação à gestante para o aleita-mento materno e higiene do nascituro, ao lado da ajuda para o enxoval do bebê, são alguns dos relevantes serviços prestados à comunidade.

Saliente-se que a sua Diretoria não recebe qualquer remuneração, fato que au-toriza a propositura deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI N° 153-93

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

1° - Fica declarada de Utilidade Pública, a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE LIBER-TAÇÃO - CEL, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-

posições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.04.93.

(a) EMILIA BELINATI

#### JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa declarar de utilidade pública a COMUNIDADE EVANGÉLICA DE LIBERTAÇÃO, com sede e foro na cidade de Londrina, neste Estado, instituição de caráter cívico-religioso, filantrópico e beneficente, sem fins lucrativos, com finalidade e promover e integrar aos princípios cristãos pessoas de qualquer raça, cor ou credo religioso.

Declarar de Utilidade Pública esta entidade e reconhecer a importância e a responsabilidade que a sociedade civil deve ter com os cidadãos.

No pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

SR. NELSON GARCIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, só gostaria de registrar aqui no nosso recinto a presença do vereador Edgard Gonçalves do recém Município criado de Ivateque que muito nos contenta com a sua presença.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está registrado.

Concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós temos acompanhado pela imprensa do Paraná e, mas especialmente, no Jornal do Estado que tem trazido à tona um assunto muito sério e que merece um posicionamento desta Casa e em especial também uma posição especial por parte do Governo do Estado do Paraná. Trata-se da questão de grilagem de terras como mostram as matérias: "Estado indeniza terra roubada por 21 mil alqueires, colonizadora já recebeu 31 bilhões; Conheça mais um capítulo da grilagem de terras no Paraná; Falta vontade política para apurar grilo no Noroeste; sentença é o mapa da mina da grilagem de terra do Paraná; documento desmente procurador; recibo mostra que Marés conhecia processo de grilo de terras; e aí por diante várias matérias diariamente são vinculadas no Jornal do Estado".

Eu tive preocupação, como Deputado deste Estado de ir ter um contato com o Sr. Macial, cidadão que está reivindicando seus direitos perante a Justiça. E me sinto na obrigação de trazer a esta Casa este assunto para avaliação, em especial da bancada do Governo e, por isso hoje estou dando entrada na Mesa de um requerimento para ser enviado ao Governador do Estado do Paraná nos seguintes termos:

Requer o envio de expediente ao

Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, fulcrado no que dispõe a Constituição do Estado do Paraná, e ainda

CONSIDERANDO - A publicação freqüente de matérias pela imprensa paranaense, noticiando haver o Estado do Paraná pago à Itararé Imobiliária e Colonizadora cerca de Cr\$ 31.315 bilhões de cruzeiros como indenização por uma área de terras com 23.013 alqueires, passada irregularmente à SINOP Terras S/A, em 1951.

CONSIDERANDO - Que a justiça julgou ilícito o ato em epígrafe, em virtude de as escrituras de registro do imóvel objeto da transação, datadas de 09/01/51 e 23/01/57, serem nulas e inexistentes por prescrição de solenidade essencial, pois foram feitas sem a indispensável autorização legislativa (autos 2830 de Ação Cominatória, fls. 228);

CONSIDERANDO - Que a escritura fraudada da Fazenda Boa Esperança, entre o Estado do Paraná e a SINOP, colocou aquela empresa como mandatária ilegal do Estado, em nome do qual praticou atos, apesar de o Estado contar com a sua Procuradoria para esses fins;

CONSIDERANDO - Que desconhecendo a fraude, o Estado permitiu que a SINOP, em seu nome, levasse a efeito a "grilagem" das terras denominadas como Colônia Paranaíba, criada no Governo de Manoel Ribas;

CONSIDERANDO - As consequências de uma complexa batalha jurídica travada ao longo dos anos, entre o Estado do Paraná e os legítimos proprietários das terras "griladas", envolvendo-se a Procuradoria Geral do Estado num "emaranhado" de recursos jurídicos, com o fim de obstruir a justiça, perpetuando assim o "grilo" na Colônia Paranaíba;

CONSIDERANDO - Que o Estado simulou desconhecer o registro lavrado em 1892, na Comarca de Tibagi, em nome de quatro legítimos proprietários para titular as terras como devolutas e, assim, conseguir ganho de ação em 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> instâncias;

CONSIDERANDO - Que o Estado, apesar disso, ao invés de executar a sentença como determinado pela justiça, protelou por mais de vinte anos, até que já houvesse ocorrido a prescrição do direito, a partir do que todos os recursos interpostos pelo Estado foram em vão;

CONSIDERANDO - Que diante da negligência do Estado, os legítimos proprietários ingressaram com Ação de Atentado, colocando a posse da área "sub judice";

CONSIDERANDO - Que assim como o ocorrido

com a Gleba de Apertados, quinhões 3 e 4, toda a Colônia Paranavaí, compreendendo também a Fazenda Boa Esperança, estão constituindo objeto de pedido julgado no Supremo Tribunal Federal, com sentença prolatada;

CONSIDERANDO - O montante dos prejuízos perpetrados contra o Estado no trato da questão:

CONSIDERANDO - A afirmação do Sr. Procurador Geral do Estado ao Jornal do Estado, de desconhecimento da situação:

CONSIDERANDO - Que tal declaração não reproduz a verdade, uma vez que o mesmo veículo de imprensa publicou em 24 de abril p. passado cópia de documento assinado pelo curador do Estado, comprovando haver recebido os autos n° 2850, na 2.ª Vara da Fazenda Pública desta Capital:

Requer, após ouvido o Douto Plenário, seja encaminhado ao Excelentíssimo Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, o seguinte,

#### PEDIDO DE INFORMAÇÕES

1 - Qual o pronunciamento do Estado do Paraná com relação aos fatos denunciados pela imprensa paranaense, demonstrados nos anexos, objeto de demandas judiciais?

2 - Porque a Carta de Sentença que se encontra na 1.ª Vara da Fazenda Pública para ser executada contra o Estado do Paraná, para desocupação da área em Apertados, há mais de um ano, vem sofrendo retaliações para protelar o cumprimento?

3 - Por que o Governo do Estado do Paraná, em virtude das publicações do Jornal do Estado, ainda não se pronunciou em defesa dos seus órgãos, como DGTC, hoje Secretaria do Meio Ambiente, e Procuradoria Geral do Estado?

4 - Quais as providências adotadas pelo Estado do Paraná para solução do problema alertado e ressarcimento dos prejuízos causados pela transação ilegal?

5 - Qual o montante financeiro pago pelo Estado à Itararé Imobiliária (com especificação para datas e valores, acompanhando os documentos oficiais respectivos que determinaram o pagamento).

Este o questionamento que faço a esta Casa, ao Governo do Estado, através destes considerandos e, na sequência, este pedido de informações, para que a Assembléia Legislativa do Paraná não passe por omissa em relação a um problema que é público, que é notório, a luta que se trava na Justiça com relação à questão de terras griladas no Estado do Paraná.

Tive, repito, a preocupação de visitar o cidadão, o Sr. Maciel, um homem de 85 anos de idade, que se encontra em Curitiba e que vem lutando já há mais de 30, 40

anos para reaver esta situação, ou pelo menos para ver esta situação legalizada.

No entanto até agora desconhece-se a razão do silêncio do Governo do Estado. Claro, não estamos aqui neste momento cobrando uma situação do atual Governador porque é um processo que se arrasta ao longo dos anos, já passaram vários Governadores e esse processo tem sido protelado, e como já disse, já há uma sentença prolatada, já há uma sentença determinando o ressarcimento dessas áreas à parte que se considera ofendida, no entanto não se viu até agora nenhum pronunciamento a não ser do próprio Procurador do Estado, que ao ser entrevistado pelo Jornal do Estado disse que desconhece esse processo. Ora, não é possível que a Procuradoria do Estado desconheça um processo que se arrasta há mais de trinta, quarenta anos. Em algum lugar desta Procuradoria deverá existir este documento, e que precisa uma resposta do Governo do Estado com relação a esta situação, mesmo porque, como já disse e repito, esta Casa, esta Assembléia até não entrando, diretamente, no mérito da questão, mas ela quer, através desse meu requerimento, desse meu pedido de informações, ela quer um esclarecimento por parte do Governo do Estado. Qual a verdade sobre essa grilagem de terras? O Jornal até já batizou como "mafia da terra". O que é que realmente aconteceu? Que prejuízos teve o Estado do Paraná com o pagamento dessas terras à Empresa Itararé, Imobiliária e Colonizadora que teria recebido 31 bilhões de cruzeiros como indenização por uma área de terras com 23 mil alqueires.

Esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, é que tomei esta iniciativa, esperando que ela seja iniciativa da Casa, porque há um cidadão devidamente legalizado, devidamente documentado, eu tenho aqui parte de documentação, cópia da sentença que lhe dá o direito de ter a posse dessas terras. No entanto, o Governo do Estado não cumpriu essa sentença. Há uma quantidade enorme de quilos de documentos desse processo em mãos, desse cidadão de cerca de 85 anos de idade que na verdade não quer um quarto, um terço do Estado do Paraná, porque envolve 29 municípios assentados em cima dessas áreas todas, mas ele quer uma parte, a parte, como eu, já disse há poucos minutos atrás, de uma área que é uma área que já foi dada a sentença e o direito dele de usufruir desta área. Por esta razão eu venho a essa Tribuna e faço o encaminhamento deste documento e darei entrada, em seguida à Mesa da Assembléia Legislativa.

Aproveito, ainda, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer da satisfação que tivemos ontem como integrante desta Casa, com ex-vice-Prefeito, e Prefeito por 22

vezes interinamente da Cidade de Curitiba, por ser um Deputado com atenções voltadas não apenas para a Capital, mas toda a região metropolitana de Curitiba, para dizer da nossa satisfação em ontem presenciarmos um ato importantíssimo tanto para o Governo do Estado como para os Prefeitos de Curitiba e da região metropolitana. Graças a Deus, nestes momentos, se esquece as brigas políticas partidárias, nesta hora se passa por cima de algumas questões pessoais até, questões políticas, interesses partidários e até mesmo questões pessoais, porque a causa maior é a Cidade de Curitiba, são os municípios da região metropolitana que ontem através da assinatura do Projeto serão beneficiados com importâncias volumosas que possibilitarão à capital do Estado e aos municípios da região metropolitana uma recuperação especialmente na área do saneamento. E o próprio Governo do Estado reconheceu ontem no seu discurso de que o Estado do Paraná, o Governo do Paraná, Governos passados, inclusive, foram omissos, esqueceram, não deram o devido valor à Cidade de Curitiba, e à região metropolitana que hoje congrega aproximadamente três milhões de habitantes. Não deram a devida atenção e nós sempre cobramos esta situação.

Eu quero aqui desta Tribuna, mesmo sendo um Deputado da Oposição, mas de uma Oposição responsável e que os anais aqui desta Casa demonstram isso, dizer, cumprir o Sr. Governador, o Prefeito Rafael Greca de Macedo pela maneira inteligente como se comportaram ontem durante a assinatura deste tão importante documento. Os dois políticos, dois governantes, governador do Estado e governador do município - demonstraram que com inteligência, com sensibilidade, com esta parceria importantíssima é possível solucionar os problemas deste Estado, desta cidade. Assim deveria ser também feito no restante deste País onde houvesse a sensibilidade, esta parceria, assim nós encontraríamos a solução para tantos problemas que afligem a população brasileira.

Por isso, na condição de Deputado do PDT, me congratulo com o Prefeito Rafael Greca de Macedo, com o Governador do Estado e torcemos para que todo este numerário enorme de dólares que serão distribuídos para as prefeituras possa, sem dúvida alguma, solucionar os problemas que existem nesses municípios, especialmente a questão de assentamento aqui na região de Piraquara, Pinhais, às margens do rio Miraf, do rio Piraquara, que é o sustentáculo do abastecimento de água para Curitiba e para a região metropolitana; a questão do saneamento básico, enfim, a questão da habitação. Por isso, é muito importante.

Ontem, eu acho que o Paraná deu uma

demonstração para o País de que nesta hora, quando a crise é maior, se esquece as questões político-partidárias e até mesmo as ironias, e as questões pessoais.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS SIMOES - Sr. Presidente, pela ordem.

Eu quero comunicar a presença em Plenário, a visita do ilustre Prefeito de Olinto, Zeca Maquiaveli, companheiro, e também do Prefeito de São João do Triunfo Ulisses Bacil e do Vereador Acir Wagner.

O SR. PRESIDENTE (**Herbas Brandão**) - Ainda no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Doutor Rosinha.

O SR. DR. ROSINHA - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados.

O Brasil vive uma crise de desemprego, uma crise de miséria. Vários trabalhadores em diversas profissões estão desempregados e sempre existem os oportunistas, os aproveitadores da desgraça alheia do trabalhador que está desempregado que usam estes trabalhadores para tirarem partido, para obterem lucros.

Fui procurado por dois trabalhadores que foram vítimas do aproveitamento que é feito por pessoas que, hoje, infelizmente, ocupam a administração pública do Estado do Paraná. Fui procurado por Fernando de Jesus e Railton Campos da Silva, ambos operadores de áudio que, juntos com mais cinco ou seis trabalhadores desempregados, ao procurarem a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Estado do Paraná para obterem um emprego, foram contratados sem concurso, sem contrato, unicamente verbalmente; levaram os seus RG's e os seus CPF's e passaram a trabalhar. Trabalhando na rádio Am e Fm sob a promessa de que fariam concursos interno para serem efetivados. Um trabalhador que não tem informação de como se dá concursos públicos, um trabalhador que precisa de emprego aceita qualquer contrato verbal desde que ele tenha um salário. E foram contratados pelo Sr. José de Melo, responsável pela divisão de áudio. Passaram a trabalhar e a surpresa começou a acontecer na hora de receber os pagamentos.

Ganham cheque num determinado valor, cheque nominal em nome de Fernando Jesus ou de Railton Campos da Silva.

Para receber este salário foram obrigados a assinar no verso do cheque, ou seja, a endossar o cheque e devolver ao diretor da rádio. Um ou dois dias depois o pagamento vinha em forma de dinheiro, mas Senhores Deputados, não vinha no valor do cheque e do recibo assinado, vinha num valor metade, duas ou um terço abaixo do que

foi assinado. O Senhor Railton e o Senhor Fernando, trabalhadores se encontram na galeria, se alguns dos Senhores Deputados tiverem dúvidas, basta chamá-los e conversar com eles.

Estão na galeria da Assembléia Legislativa, porque procuraram a Secretaria da Administração do Estado, fora o susto que levaram de denúncia, eles não tomaram conhecimento de que nada foi feito. Procuraram a Ouvidoria, fora o susto que levou o Senhor Ouvidor, também até o momento não tem conhecimento de que alguma coisa tenha feito em relação a esse tipo de prática.

Após ter sido procurado por esses dois trabalhadores, entrei em contato com a televisão, com a TV Educativa e me informaram que lá ocorre a mesma coisa. Trabalhador desempregado que procura emprego, sob a promessa de ser contratado e de ser submetido a concurso interno passa a assinar recibo e a endossar cheque em valor superior aquele que passa a receber no momento do pagamento e na rádio tem o nome do responsável, Senhor José de Melo.

Esperamos que o Governo do Estado coíba com esta prática e puna os responsáveis por ter submetido esses trabalhadores a exploração e a dispensa tem se dado, Senhores Deputados, com a alegação de que esses funcionários não foram indicados pela diretoria da rádio e por não terem sido indicados, eles seriam afastados do serviço, mas imediatamente serem afastados nova leva de trabalhadores são contratados nas mesmas condições e isso continua apesar desses trabalhadores já estarem afastados.

Entraram na Justiça do Trabalho, uma vez que trabalhar por mais de três meses nessas condições demonstra vínculo empregatício e têm direitos dos trabalhadores garantidos após esses vínculos.

Cobramos da bancada governista que leve ao Senhor Governador essa preocupação e que acabe com essa irregularidade na Fundação Rádio e Televisão Educativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Neivo Beraldin) - Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Três assuntos nos trazem na tarde de hoje a usar o Pequeno Expediente.

O primeiro é devolver a esta Casa nas pessoas da Comissão Executiva e mais propriamente do Senhor Presidente Orlando Pessuti, a responsabilidade dos Deputados Toti Colaço, Fregonese e deste que vos fala Luiz Carlos Zuk.

Nós fizemos em nome desta Casa de Leis o que poderia, o que deveria ser feito para tentar achar uma solução à mata

atlântica, principalmente a questão do litoral e de todo solo paranista. Tivemos a intenção e a participação de mais de dezessete organismos, direta e indiretamente ligados à terra e principalmente a agricultura deste Estado.

Sabemos conscientemente porque os três Deputados são homens ligados um ao litoral e nós dois ao centro sul e ao centro oeste do Paraná. Sabemos que a ecologia deve ser preservada, que a mata atlântica principalmente deve ter a sua proteção, mas sabemos também perfeitamente que economia e que principalmente milhares de trabalhadores, milhares de famílias, aqueles de Cândido de Abreu com a sua rocinha, aqueles de Reserva com a sua capoeira, aqueles de Castro, do Domingos, que tem a sua mata ciliar a ser derrubada, necessitam da responsabilidade que não possui o Estado do Paraná até o dia de hoje, com referência a mata atlântica.

Sua Excelência, Secretário do Meio Ambiente, marcou com a Presidência no início desta semana, junto ao Secretário Osmar Dias, representando o Governo do Estado, um encontro nesta Casa. Infelizmente isto não aconteceu. O prazo quase está expirando daqueles quinze dias que nós tínhamos, representando esta Casa, a responsabilidade de dar a participação do Poder Legislativo neste caso da família paranaense.

Hoje, Senhores Deputados, ali se encontra o Toti aqui está o Fregonese e aqui está o Zuk dizendo que a responsabilidade cabe agora a todos os Senhores Deputados na pessoa do Presidente. Saímos nós três de cabeça erguida e com o papel cumprido e queremos que de agora em diante a imprensa aqui credenciada e a família paranaense presente aqui pelos seus membros, saibam que nós três cumprimos o nosso papel. Falta agora o Governo do Estado do Paraná e essa Mesa cumprir a sua parte.

O segundo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é com referência ao IML da minha cidade. Lá está o IML desassistido, desamparado e agora desestruturado. As duas únicas ambulâncias, infelizmente os acidentes acontecidos da última semana tiraram elas. Estamos entrando com Requerimento para que o IML e para que o Senhor Secretário da Segurança remeta a Ponta Grossa aquilo que é indispensável, principalmente no atendimento dos acidentados lá na região dos campos gerais.

O último assunto, é com tristeza, Senhor Presidente, Senhores Deputados, para registrar a morte de um dos maiores jornalistas deste Paraná. Jornalista do interior do Estado, da minha querida Princesa dos Campos, jornalista que em 1968 quando ingressamos na vida pública como Vereador da cidade, lá estava o Nelson Lopes como nosso assessor, como Diretor da Câmara Mu-



nicipal. Lá estivemos em 72 novamente como Vereador e o Nelson presente na Rádio Clube Pontagrossense no jornal Diário dos Campos, no Jornal da Manhã, o qual foi responsável até o dia de ontem.

Deus levou o Nelson, mas as suas presenças na minha administração como Prefeito da Cidade de Ponta Grossa, ajudando-me, em parte, na Assessoria de Imprensa, e ajudando esta imprensa sadia do Paraná a mostrar que realmente o Nelson foi um dos maiores jornalistas e a maior riqueza que o Nelson Anunciato Lopes deixou à sua família não foi bem material, foi realmente as suas escritas, os seus artigos, os seus comentários, a sua participação.

O Nelson não levou nada na vida material e terrestre, mas deixou aos seus filhos, aos seus amigos, a imprensa falada, escrita e televisada do Paraná o exemplo ainda que graças a Deus possuímos gente daquele quilate que infelizmente não convive mais conosco. Ao registrar o passamento daquele amigo, daquele jornalista e principalmente daquele chave de família, queríamos que esta Casa registrasse na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de pesar em nome da família do Paraná.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Neivo Beraldin. Antes, porém, queremos registrar as presenças dos Vereadores de Uraí, Clóvis Dorneles (sic!) e o popular Baiano.

O SR. NEIVO BERALDIN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ocupo a tribuna na tarde de hoje para relatar aos meus colegas paranaenses e à população do Paraná da grande aceitação que está tendo no Brasil a lei aprovada por esta Casa, a Lei dos "royalties" Ecológicos.

Ontem, estivemos no Rio de Janeiro, numa Sessão Especial da Assembléia Legislativa, aonde reuniram-se dezoito Prefeitos do Rio de Janeiro, Secretário do Meio Ambiente, Roberto Ávila; Representante do Prefeito César Maia, mais de 300 pessoas, entre ecologistas, secretários municipais do Município do Rio de Janeiro, uma ampla cobertura nacional pela Rede Educativa, pela Rede OM de Televisão e um Bom Dia Rio de Janeiro especialmente feito para que um Deputado Paranaense falasse sobre a experiência paranaense, a experiência pioneira. Experiência moderna da Lei dos "royalties" Ecológicos, a experiência da força, a força do exemplo dado pelo Paraná.

E eu não poderia deixar de vir à tribuna para relatar este fato, porque afinal é uma Lei aprovada pela Assembléia Legislativa e sancionada e decretada pelo

Governador Roberto Requião. Está de parabéns, penso eu, o Paraná, porque fez cumprir uma Lei que avança no tempo, garante a qualidade de vida para esta e futuras gerações.

Portanto, estou orgulhoso e cumprimento a todos aqueles que nos ajudaram a aprovar esta Lei, exemplo para o País.

Na semana que passou, estivemos também em Santa Catarina, onde lá se começa a votar uma lei similar a do Paraná. Estivemos, também, há um mês atrás, no Estado de Goiás, a convite do Governo do Estado de Goiás, aonde lá também se encaminha a mesma lei.

Estamos, agora, marcando data e já atendendo convite do Estado de Minas Gerais. E vamos percorrendo, fazendo com que todos os Estados Brasileiros, se puderem implantar esta Lei, vão conseguir compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental.

No Paraná, a Lei está em vigor desde 1º de janeiro de 92. Os municípios que pagam a conta para os municípios vocacionados não estão reclamando, porque entendem ser justo. Porque se o município não pode industrializar uma determinada área, porque tem que preservar o meio ambiente, ele precisa ter uma contrapartida, sob pena de estarmos trabalhando no discurso, apenas.

E, é uma iniciativa, uma solução municipalista.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Encerrado o Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedemos a palavra ao Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, Senhores Deputados; nós, amanhã, dia 29, estaremos indo em companhia de Sua Excelência o Senhor Governador do Estado até a região central do Paraná, mais especificamente o Município de Pitanha, para que o Governador lance oficialmente o Projeto de Programa de Animais de Pequeno e Médio Porte, no Estado do Paraná.

Este Projeto tem uma longa história. Nós, quando iniciamos a nossa caminhada política, iniciamos justamente porque nós entendíamos que a região central do Estado do Paraná, uma região que era considerada como a última fronteira agrícola deste Estado, uma região que tem o rótulo de ser caracterizada como a região de maior número de analfabetos neste Estado, uma região que ainda detém, consegue deter mais de 70% da sua população residindo e sobrevivendo da área rural. Uma região que tem passado, nos últimos anos, por sérias dificuldades e não vinha recebendo ao longo da história do Paraná a proporção de bene-



ficções sociais, tecnológicos e desenvolvimentistas que outras regiões do Estado vinham recebendo. Razão pela qual foi iniciado no ano de 1984-85, um movimento no sentido de se criar mais empregos na região mas não querendo levar indústrias de grande porte das grandes Cidades: São Paulo, Curitiba ou Londrina para serem implantadas na região criando e agravando cada vez mais o problema habitacional, o problema social das cidades do interior.

Então nós buscamos através da iniciativa da Câmara de Vereadores dos Municípios de Pitanga, de Turvo, de Cândido de Abreu, de Manoel Ribas, mesmo de Nova Tebas, toda aquela região, buscamos nas próprias regiões e verificamos a vocação daquela região que era uma região empobrecida, uma região reconhecidamente pequena no seu tamanho de desenvolvimento mas uma região grande no seu espírito de luta, no seu espírito de buscar no dia-a-dia, atingir o ideal, a aspiração daquela população. E foi buscando a sua própria vocação que a Região entendeu que qualquer governo que existisse no Estado ou no País deveria dar mais atenção ao pequeno, ao médio produtor rural que nós temos na nossa Região, caracterizada, basicamente por pequenas propriedades, pequenas e médias propriedades. Pequenas propriedades na faixa de 15 a 25 alqueires; médias propriedades na faixa de 25, até 80, 90 alqueires.

A Região como um todo, assumiu um compromisso, de fazendo essa unidade, lutar para que a agricultura da Região, o pequeno produtor rural que é o responsável pela grande parcela da produção de milho no Estado do Paraná. Pitanga era considerada uma das maiores produtoras de milho da Região. Então, utilizando a sua vocação agrícola, que se buscasse uma alternativa visando a criar a maior reforma agrária deste Estado do Paraná, não criando apenas assentamentos, mas valorizando aquele pequeno produtor que está há 30, há 40, há 50 e até há 60 anos sobrevivendo naquela região e muitas vezes desestimulados, porque nós projetos de algumas cooperativas, nos projetos de financiamentos do governo em que a Região, o pequeno produtor às vezes era obrigado a pegar o financiamento do banco, muitas vezes ou quase sempre se via obrigado a entregar à sua própria terra para pagar esse financiamento de uma produção que foi frustrada, de uma safra frustrada, de uma produção que não correspondia o preço da época do plantio com o preço da venda do produto e da quitação de seu débito na agência bancária.

Através desse estudo nós buscamos o apoio da Secretaria da Agricultura, buscamos o apoio do Badep, naquela época, buscamos o apoio de Associações Comerciais, de prefeitos da época, de entidades ligadas

ao desenvolvimento da Região e foi iniciando um estudo através da Secretaria da Agricultura e foi uma pesquisa do Badep da época, e, esse estudo, que demorou em torno de 6 a 8 meses, desse estudo surgiu um grande projeto de criação de animais de pequeno e médio porte da região central do Paraná.

Tivemos àquela época procurando os meios de comunicação, procurando as autoridades de governo, procurando as pessoas que tinham influência, mesmo a nível de BNDS, de órgão federal. Recebemos o apoio irrestrito do Badep na época, recebemos o apoio irrestrito e o incentivo mais tarde também do Secretário Osmar Dias que nos deu amplo apoio para que isso tivesse prosseguimento. Recebemos o apoio irrestrito do Doutor Francisco da Cunha Pereira, Diretor Presidente das organizações da Gazeta do Povo que sempre, quando tomou conhecimento do nosso projeto nos convidou para irmos até seu escritório e franqueou todos seus meios de comunicação voluntariamente em nome do desenvolvimento do Paraná para que nós déssemos prosseguimento a esse projeto.

Era um projeto sonhador; era um projeto que até o presente momento muitas pessoas duvidavam e o Governador Roberto Requião quando candidato ao Governo do Estado do Paraná, vendo nosso projeto fez questão de fazer inúmeras reuniões conosco lá na região central do Estado do Paraná. Reuniões onde ele questionava os pequenos produtores, aonde ele perguntava e pesquisava qual era a necessidade daquela região; o que aquele povo queria. Se eles queriam sair da propriedade e ir para a cidade grande ou se eles preferiam ficar na sua propriedade e o que estava faltando e o que precisava que o Governo fizesse para que eles permanecessem naquela região. E eles queriam um programa em que o Governo participasse e que participasse também a iniciativa privada, mas que o agricultor fosse o centro desse trabalho e que pudesse ter o seu rendimento, não apenas de safra em safra, de 3 em 3 meses, de 4 em 4 meses ou de 6 em 6 meses. Alguns de ano em ano. Mas que tivesse seus rendimentos de 15 em 15 dias, de 30 em 30 dias para que pudessem ir até a loja da cidade comprar seu armarinho, seu calçado, seu artigo de primeira necessidade.

Aí o Governador Roberto Requião nos honrou naquela época, acreditando no nosso projeto, incluindo o programa de criação de animais de pequeno e médio porte, dentro do seu programa de Governo que beneficiasse toda aquela região. O Governador assumiu o Governo do Estado e determinou imediatamente que fossem concluídos os estudos para implantação desse programa na região. Buscou a parceria e numa viagem

que fez à China junto com um dos diretores da Sadia ele acabou de concretizar a negociação de parceria do sistema de integração com a Sadia para que se fizesse esse trabalho na região central atendendo os Municípios de Cândido de Abreu do Deputado Pessuti, Deputado Edson Silva Lino, Deputado Djalma, Manoel Ribas, Nova Tebas, Pitanga, Mato Rico, Palmital, Turvo, Santa Maria do Oeste. Palmital que é a região do Deputado César Silvestri também. Um programa que procurou atender a região como um todo, um programa de desenvolvimento que procurou dar um impulso naquela região. Foi iniciado esse programa no ano passado, com destinação de verbas do Governo do Estado do Paraná em torno de 8,5 milhões de dólares para investimento para o pequeno produtor sem nenhum investimento sequer para a empresa que vai participar da integração. A empresa entra com a parte dela, a parte de fornecimento de animais, com a tecnologia, o financiamento da ração, ela entra com o seu investimento e se ela for construir a indústria, ela vai construir com o seu dinheiro próprio.

O Governo entrou financiando o pequeno produtor e financiando as instalações desse pequeno produtor com o programa de equivalência de produto. E foi destinado para esta região esta verba no valor equivalente a 8,5 milhões de dólares que tem por destinação a implantação de 190 unidades para iniciadoras de suínos, ou seja, unidades para os criadores dos porcos, aqueles que terão as matrizes. Esses investimentos em cada propriedade vão atender o médio produtor rural com financiamento de 900 milhões de cruzeiros para cada produtor, financiamento com um ano de carência mais 5 anos para pagar em equivalência de produto.

Uma vez definida essa primeira etapa, os 190 iniciadores, será iniciada a segunda etapa, onde serão atendidos 1400 pequenos produtores rurais que serão os terminadores da criação de suínos, serão os engordadores de porcos, receberão o investimento do Governo do Estado através do Banco do Estado do Paraná para a instalação, para a edificação das instalações, que gira em torno, hoje, de 2 mil sacas de milho o investimento, com um ano de carência para pagar e mais 4 anos para o pagamento, também equivalência milho.

Este projeto, para os 1400 terminadores, só pode participar o produtor rural que tenha, no máximo, 25 alqueires de sua propriedade, de meio alqueire até vinte e cinco alqueires de terra. O iniciador pode ser em qualquer tamanho, só precisa ter capacidade de endividamento para receber este financiamento. Portanto, entendemos que este é um dos maiores projetos sociais do Estado do Paraná, que visa fixar o ho-

mem na pequena propriedade, através de um sistema de integração, e que tivemos a parceria, tivemos a decisão firme do Governo do Estado do Paraná de fazer, à sua maneira, uma reforma agrária efetiva, valorizando o pequeno produtor de uma região até então pouco privilegiada neste Estado.

Queremos aqui agradecer de público ao Governador do Estado, ao Secretário Osmar Dias, aos meios de comunicação que sempre nos auxiliaram, além da "Gazeta do Povo", "Jornal do Estado", outros jornais que nos deram sempre a cobertura, porque este projeto será o início de um grande programa de desenvolvimento que vai se iniciar no centro do Paraná, no coração do Paraná, para ajudar a sustentar o Paraná, o Brasil e também o mundo.

Queremos agradecer todo o empenho do BANESTADO, também não medindo esforços, da EMATER, que também não mede esforços trabalhando diuturnamente para que estes pequenos produtores tenham condição de ter a documentação legalizada para receber este financiamento.

Amanhã, às onze horas, receberemos em Pitanga o Governador Roberto Requião que vai lançar o programa. Mas vai lançar um programa que já tem vinte unidades de iniciadores construídas e em funcionamento na região. Já estão prontas vinte unidades.

Já temos na região a produção de quase vinte mil leitões que estão sendo, na primeira etapa, transferidos para a região de Irati, de Imbituva, de Guarapuava, de Ponta Grossa, já atendendo aos terminadores que tem nesta região.

É um projeto do maior alcance social. E o governador amanhã inaugurará, dará início ao projeto que já está em funcionamento, já é realidade na região. Nós, se Deus quiser, dentro de dois a três anos, haveremos de presenciar o início da construção de uma unidade de rações na Região Central do Paraná e talvez também a unidade industrial da Sadia, na área de suínos e o início também de uma nova etapa de avicultura naquela região.

O Sr. Luiz Henrique Bonta Turra - Vossa Excelência me permite um aparte?

(Assentimento)

Gostaria de cumprimentá-lo pelo pronunciamento que na verdade expressa uma experiência fundamental do novo tipo de administração pública por que anseiam as populações interioranas do Paraná. Vossa Excelência traz aqui, a esta Casa, a implementação no nível microrregional de um verdadeiro plano microrregional de desenvolvimento integrado.

Temos a concepção geral do desenvolvimento do Estado na peça orçamentária, que é uma peça setorial. É uma peça segundo a

qual o conjunto dos recursos são alocados em Secretarias, órgãos e unidades e padecem as regiões que não contam com representações tão autênticas e combativas como esta que Vossa Excelência traz a esta Casa, padecem as regiões sub-representadas desse tipo de desenvolvimento, de concepção de desenvolvimento.

O que nós vemos é que há determinadas regiões que disparam no desenvolvimento econômico, social e político, enquanto outros ficam estagnados. A representação política tem justamente esse papel, fazer a mediação entre o Poder Executivo e os interesses das regiões.

E quero que Vossa Excelência, em conjunto com a nossa Bancada e com os membros deste Parlamento, retomar uma questão que Vossa Excelência traz hoje a esta Casa, a experiência concreta do desenvolvimento que se faz na região de Pitanga com um conjunto de municípios circunvizinhos de Pitanga, a experiência da regionalização administrativa.

Tive já oportunidade de me manifestar em outras ocasiões, quando significa que a Lei Estadual 8485, Deputado Renato Adur, expressa a intenção clara de o desenvolvimento do Estado se fazer através de regiões administrativas, e nós verificamos que inclusive houve a regulamentação desse dispositivo estadual da Lei Estadual 8485, e razões das mais diversas determinaram que ainda no Governo Álvaro Dias, conquanto tivéssemos a regulamentação da regionalização administrativa, não tivéssemos a implementação desse projeto, um projeto dos mais audaciosos que consistia em criar escritórios regionais de Governo, conselhos regionais de administração estadual em cada uma das regiões administrativas, sistemas de informatização regionalizadas e inclusive, além da peça orçamentária geral, tivéssemos também o orçamento programa regionalizado.

Creio, é chegada a hora de retomarmos esse debate, para que nós possamos reconceituar o sistema de desenvolvimento do Estado e que essa experiência, que é a experiência que Vossa Excelência, ao lado dos liderados por Vossa Excelência na região de Pitanga desenvolvem, possa ser expandida para as demais regiões, e nós, numa concepção de desenvolvimento integrado, regionalizado, possamos ter orçamento, programa regionalizado, possamos ter, enfim, o monitoramento das necessidades, pleitos e projetos que devem ser implementados em todo Estado.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e o cumprimento por essa experiência, que aliás, é uma experiência típica que vai sustentar um debate mais geral, para que nós possamos ter a regulamentação de um dispositivo, que é dispositivo de Lei or-

dinária e inclusive dispositivo constitucional do Estado do Paraná.

Eu agradeço!

O SR. RENATO ADUR - Eu agradeço Vossa Excelência pelas palavras de elogio, e gostaria de registrar aqui nesta Casa, que sempre defendendo, que a maior indústria que temos no Estado do Paraná está na nossa agricultura. E a prova disto é que este Projeto agora se inicia e é com toda força na região central. Ela gerará, segundo dados da própria empresa que está dentro do projeto de integração, gerará diretamente cinco mil empregos, e mais 50 mil empregos indiretos. Eu acho que jamais nós teremos na região central do Paraná indústrias não poluidoras que pudessem nos dar tamanha quantidade de empregos diretos, tamanha quantidade de empregos indiretos e que nos levasse a um desenvolvimento que por certo trará para a região central do Paraná a redenção em termos de desenvolvimento, como ocorreu na região de Toledo, em outras regiões de Concórdia, e outras regiões deste Estado.

Eu quero agradecer a toda imprensa pelo apoio que nos deram durante todos esses anos, nós que perseguimos diuturnamente o nosso objetivo, muitas vezes até mendigando, outras vezes sendo surpreendidos com iniciativas extraordinárias de pessoas que acreditam no nosso trabalho, e que junto conosco nos deram as mãos, nos encaminharam para atingirmos o objetivo.

Entendo que será o maior projeto de desenvolvimento da região, e o Deputado Cezar Silvestri está aqui presente, eu me lembro que na última campanha eleitoral em Guarapuava, nas últimas eleições para Prefeito, existiam candidatos que até criticavam muitas vezes os antigos dirigentes e algumas pessoas, por terem deixado escapar um projeto da região central e de ter ido para a região de Pitanga e não ter ido para Guarapuava.

Eu quero aqui isentar o pessoal de Guarapuava, as lideranças de Guarapuava e dizer que uma coisa não tem nada a ver com a outra. Guarapuava sempre trabalhou, e o que foi possível, os líderes sempre levaram para aquela região. Este é um projeto que nasceu da região central do Paraná, é um projeto que nasceu da discussão própria da comunidade e teve até o incentivo, o apoio dos líderes de Guarapuava.

Portanto, não há que se criticar as lideranças de Guarapuava, não há que se criticar as lideranças de Ivaiporã, porque o Deputado Pessuti sofreu também algumas espezinhações na época. Há que somar e há que se pedir cada vez mais o apoio de companheiros que nos ajudem, porque, desenvolvendo a região central do Paraná, estaremos desenvolvendo todo o Estado e

todo o País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Findo o Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

PT.

(Declina)

PSDB.

(Declina)

PTB.

(Declina)

PP - Concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Martins.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Tivemos ontem no Palácio Iguaçu, uma festa, - porque, na verdade foi uma festa na assinatura do saneamento ambiental da Região Metropolitana de Curitiba.

Eu estava analisando todos os acontecimentos, eu estava analisando, hoje, as notícias nos jornais sobre este importante ato ontem no Palácio Iguaçu e quero aqui, inclusive, parabenizar o Governador Roberto Requião, o Prefeito Rafael Greca e os demais prefeitos dos dezoito municípios que compõem a região metropolitana de Curitiba.

Estava pensando eu a respeito do que aconteceu anteriormente a este fato, e aí é uma questão de resgatar a memória e de refrescar a memória de todos nós e ao mesmo tempo eu estava pensando e refletindo sobre o estadista. Como é que você carimba o estadista? Como é que você determina o estadista? O estadista é aquele que tem a visão do futuro, o estadista é aquele que tem a visão do dia de amanhã. E para chegar no que chegamos ontem no Palácio Iguaçu, tivemos etapas importantes, etapas estas que começaram durante o pleito do ano passado, mais precisamente no mês de agosto, ou melhor ainda, bem antes do mês de agosto de 1990, porque, numa visão de estratégia, numa visão de ocupação de espaço, o Governo do Paraná, na época, colocou à disposição, em Brasília, do Governo Federal um técnico chamado Francisco Lobato da Costa. O Francisco Lobato da Costa, chefe da divisão de planejamento, da Secretaria Nacional de Saneamento, então, descobre o plano e comunica, extra-oficialmente, a intenção do Governo Federal de implantar projetos de saneamento nas regiões metropolitanas; existia a intenção de se implantar projetos de saneamento nas regiões metropolitanas do Brasil. Ele, então, informa ao Governo do Paraná. E nós vamos pela ordem cronológica. Em agosto, ainda, de 1990, e vejam que agosto de 1990 estávamos diante das eleições, no pleito de 1990 para Governador, para Deputado Estadual, Deputado Federal e Senadores, o

Celso Gomes Carneiro, Chefe da Coordenadoria de Planejamento Governamental, comunica ao Secretário de Planejamento José Bernardoni Filho, fala com o Governador Álvaro Dias que decide dar todo apoio e condições para o desenvolvimento do projeto.

Aí chegamos no mês de setembro/90. Aí tem a apresentação do projeto à Secretaria Nacional de Saneamento que apresenta ao BIRD, faz observações e faz as adequações necessárias.

Eu me lembro muito bem, que então eu era vereador de Curitiba e na época quando eu fiquei sabendo desse projeto, eu fui falar com o Prefeito Jaime Lerner na Prefeitura e conversei com ele mais ou menos duas horas e meia e ele então me explicou tudo o que estava acontecendo, o que significava esse programa de saneamento para Curitiba e para toda região metropolitana e o ex-Governador Álvaro Dias em plena campanha, para eleger o seu sucessor Roberto Requião, ele esquece os embates da política e convida o ex-Prefeito Jaime Lerner para ir em Palácio e conversar sobre esse programa, eles esquecem os embates da eleição e naquele momento eles encarnam uma visão de estadistas, olhando para frente. E o homem nasceu para andar para frente e para o alto.

Novembro/90, a missão do BIRD, recebia pelo Secretário do Planejamento, chefiada por Emílio Rodrigues e Carlos Viles, oficiais de empréstimo do BIRD para América Latina, fazem a pré-identificação e reconhecimento de campo, participaram representantes da Secretaria Nacional de Saneamento e novas observações pelo BIRD são feitas e novas coordenações.

Chegamos em fevereiro/91 e a nova missão do BIRD, chefiada por Emílio Rodrigues, Francisco Lobato da Costa e Tobias Gerolinski da Secretaria Nacional de Saneamento, são recebidos em audiência no Palácio Iguaçu, pelo então Governador Álvaro Dias e pelo Secretário do Planejamento José Bernardoni Filho. E nesta oportunidade é feita identificação do projeto, que significa que o BIRD declara que o projeto é de interesse para financiamento por parte do banco. E o importante de tudo isso, o projeto desenvolvido pela Secretaria do Planejamento sob a coordenação do Secretário do Planejamento e a concepção técnica coordenada pelo Celso Gomes Carneiro, com a participação entre outras do técnico Arlineu Ribas/SANEPAR, da COMEC e SUREHMA foi considerado esse projeto como modelo para o Brasil e saímos na frente de Estados como São Paulo e Minas Gerais, sendo posteriormente este Projeto copiado para todo o Brasil.

E eu quero destacar aqui a ação deste técnico Celso Gomes Carneiro, que até hoje continua na Secretaria de Planejamento, a

importância da participação dele nesse projeto e quero aqui acima de tudo, lembrar da participação da visão de estadista do ex-Governador Álvaro Dias, que fique registrado aqui nesta Casa, a visão que ele teve e é esta visão que os homens públicos devem ter despojados dos interesses imediatos.

Estadista não se faz num momento, estadista se faz com a visão do dia de amanhã, com a visão do futuro. Era preciso resgatar e a Assembléia Legislativa, um dos grandes deveres que ela tem é do resgate da memória, do resgate daqueles que realmente se preocupam e têm a visão lá na frente.

Obrigado Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Horário do PFL. Com a palavra o Deputado Elío Rusch.

O SR. PRESIDENTE (Ernani Pudell) - Honhores Deputados, uso do espaço da Liderança do PFL para fazer mais algumas considerações em relação ao ICMS gerado pela Usina Hidrelétrica da Itaipu Binacional.

Todos nós sabemos que o problema já foi amplamente debatido na Assembléia Legislativa. Ainda no ano passado e mais recentemente nesta semana, segunda-feira próxima passada quando vimos que vinte e oito Deputados rejeitaram o projeto, ainda na sua fase da constitucionalidade e dezoito Deputados aprovaram, um voto nulo. Ainda no ano passado quando o Deputado Geraldo Cartário questionava exatamente a constitucionalidade do recebimento por parte dos municípios energéticos do ICMS gerado por uma hidrelétrica.

Já falamos, mas gostaríamos de repetir que na Constituição Federal, na Seção 4, que fala exatamente dos impostos dos Estados, do Distrito Federal. O artigo 155 diz, compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir. Inciso 10 - não incidirá letra B, sobre operações que destinam a outros Estados petróleo inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos ou gasosos, deles derivados e energia elétrica.

A Itaipu Binacional de todo o montante da energia produzida por essa hidrelétrica, 92% da sua energia é exportado para os mais diversos Estados, vendido para duas empresas: para FURNAS e ELETROSUL. E essas duas empresas vendendo (sic) essa energia para São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Santa Catarina, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Espírito Santo e Mato Grosso do Norte e para o nosso Estado o Paraná.

Como diz a Constituição brasileira que a energia exportada ela está imune de im-

posto. Mas a Lei Complementar Federal nº 63, no seu artigo 3º, parágrafo 2º, ela diz o seguinte: "Para efeito de cálculo o valor adicionado serão computados. Inciso 1º - as operações e prestações que constituem fato gerador do imposto, mesmo quando o imposto for antecipado ou deferido, ou quando o crédito tributário for deferido, reduzido ou excluído em virtude de isenção ou outros benefícios, incentivos ou favores fiscais. Inciso 2º - as operações imunes do imposto, conforme as alíneas A e B do Inciso 10, do parágrafo 2º, artigo 155, e alínea B do inciso 6º e artigo 155 da Constituição Federal. Parágrafo 3º - O Estado apurará a relação percentual entre o valor adicionado em cada município e o valor total do Estado, devendo este índice ser aplicado para entrega das parcelas dos municípios a partir do 1º dia do ano imediatamente seguinte ao da apuração." A Constituição isenta. Agora a Lei Complementar ela dá poderes para que o município se... Agora nos números para os Senhores Deputados e para que fique registrado aqui na Assembléia Legislativa: o montante da energia exportada pela Itaipu Binacional, que corresponde em valores desse mês, que seriam de direito líquido e certo para o Estado do Paraná e correspondente a dez milhões e vinte e nove mil dólares mês, é isso o que o Estado do Paraná deixa de arrecadar mensalmente devido ao inciso 1º, letra "b" do artigo 155 da Constituição Federal.

E os municípios energéticos perdem exatamente três milhões, trezentos e quarenta e três mil dólares/mês de ICMS. Agora um fato curioso, Senhores Deputados: tivemos através da nossa assessoria contratada especialmente para elaborar esse projeto que foi derrotado segunda-feira próxima passada, junto com a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná alguns levantamentos entre os municípios mais importantes do nosso Estado, Curitiba, Londrina, Maringá e Foz do Iguaçu.

Um fato curioso: o município de Curitiba, no mês de março, arrecadou em ICMS, cento e onze bilhões, duzentos e sessenta e sete milhões de cruzeiros. Foz do Iguaçu arrecadou trinta e seis bilhões, oitocentos e um milhões de cruzeiros. O município de Londrina, arrecadou vinte e dois bilhões, novecentos e quarenta e nove milhões de cruzeiros. O município de Maringá arrecadou dezoito bilhões, cento e quatorze milhões de cruzeiros em ICMS.

Vamos saber o que representa isso em valores "per capita" para cada município. O Município de Curitiba, com 1.313.000 habitantes, recebe em ICMS "per capita", oitenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis cruzeiros/mês. O município de Foz do Iguaçu - e aí é que eu chamo a atenção dos

Senhores Deputados - com 190.155 habitantes e com uma receita de trinta e seis bilhões e oitocentos milhões de cruzeiros em ICMS, tem uma receita "per capita" de cento e noventa e três mil, quinhentos e setenta e cinco cruzeiros, o que representa 2.5 acima do Município de Curitiba. E o que representa isso para o Município de Londrina? Londrina tem uma receita "per capita" de cinqüenta e oito mil, oitocentos e cinqüenta e um cruzeiros. Maringá, tem uma receita "per capita", de setenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois cruzeiros.

Agora, deixo na consciência de cada um dos Senhores Deputados e de cada paranaense, para que faça a sua análise e tire a sua própria conclusão, se é justo, se é válido que o Município de Foz do Iguaçu, receba integralmente o ICMS da Itaipu Binacional e esperamos sim, que num prazo mais curto possível, seja exatamente cumprido aquilo que nós afirmamos durante a discussão na segunda-feira próxima passada, quando os Deputados afirmaram publicamente de reestudar esse caso e que seja reapresentado esse projeto para que a justiça, acima de tudo, seja feita definitivamente, e a desconcentração de renda seja colocada em prática e que não fique só no discurso e que a descentralização do poder também seja colocada na prática e que não fique só no discurso e que o Paraná chegue a conhecer os seus representantes e aqueles que falam da boca para fora e não falam com o coração, daquilo que sentem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrado o horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Alceu Swarowski, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 041/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio,

que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos do Jardim Acrópole, com sede e foro em Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a Federação de Entidades de Serviço Social dos Estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, FESS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 066/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública, a Associação de São Vicente de Paulo de Idosos, com sede e foro no Município de São João. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 088/93, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública a união Municipal das Associações de Moradores de Curitiba - UNIMAC. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 095/93, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Amigos da Vila São José, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 109/93, de autoria do Deputado Djalma de Almeida César, que declara de utilidade pública a Associação Poli Esportivo Ex-Conde D'Inho, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 116/93, de autoria do Deputado Renato Adur, que declara de utilidade pública a Associação de Crianças e Adolescentes de Paranaguá, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 118/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, requer outorga de Título de Cidadão Honorário, ao Excelentíssimo Sr. Osmar Fernandes Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Sr.



Presidente, Srs. Deputados, o Projeto de Lei 118/93, que concede Título de cidadão honorário ao Sr. Osmar Fernandes Dias, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, queremos encaminhar contrários, pelas seguintes razões: nós achamos e defendemos que qualquer cidadão, ocupando cargos de Secretariado, de Ministério ou qualquer cargo público, nas funções de seu mandato, não devem ser homenageados, enquanto não cumprí-los. Isso nós já alertamos, por ocasião de quando esta Casa ia homenagear o ex-Ministro Alceni Guerra, e todos sabem que rumo tomou aquele Ministério e que rumo tomaram as acusações sobre o ex-Ministro.

Então se não estiver tudo claro, um homem público, em suas funções, no nosso entender, não deve ser homenageado. Após cumprir o seu mandato, cumprir o seu tempo de serviço junto a governos ou prefeitos, avaliando o período em que esteve à frente de determinada Secretaria, aí sim, pode prestar o Parlamento as homenagens, se forem necessárias e se forem convincentes.

Por isso, nós, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, votaremos contrários. Esta é uma razão.

Ontem, foi dito nesta Casa que a homenagem não era prestada à atual gestão, mas sim à gestão anterior, à frente do Governo Álvaro Dias.

Pois bem, naquele período, o atual Secretário e também Secretário naquele tempo, perseguiu trabalhadores daquela Secretaria, ameaçou alguns, inclusive fisicamente, e demitiu outros. Nós, do PT, não podemos concordar com esta prática pública, no exercício de mandatos ou de gestões. Por isso, nós nos colocamos contrários à concessão de Título de Cidadão Honorário ao Sr. Osmar Dias.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Sr.

Presidente, nós queremos, em nome da Bancada do PMDB, parabenizar o Deputado Nilton Barbosa pela iniciativa. Nós entendemos que o Secretário Osmar Dias tem prestado relevantes serviços ao Estado do Paraná, com implementação de programas arrojados na Secretaria de Agricultura, que transformou a Secretaria, digo, que transformou a agricultura no interior do Estado do Paraná, através dos programas de microbacias, de readequação de estradas, inúmeros programas que a Secretaria tem, já desde o tempo em que ele era Secretário da Agricultura no Governo do ex-Governador Álvaro Dias.

Razão pela qual esta Bancada parabeniza o Deputado Nilton Barbosa pela iniciativa, e votará favoravelmente a este Projeto de Lei nº 118/92.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente. Srs. Deputados, a Bancada do PP nesta Casa, do Partido Progressista, é solidária à apresentação do Projeto do Deputado Nilton Barbosa.

Eu quero ser testemunha, nesta Casa, ilustre Deputado Dr. Rosinha, dos trabalhos desenvolvidos pelo Dr. Osmar Fernandes Dias, junto à Secretaria de Agricultura do nosso Estado, no período do Governo Álvaro Dias. E, conseqüentemente, de mais de dois anos no Governo de Roberto Requião.

Lembro, na História do Paraná, que um dos grandes Secretários que também aqui passou foi o ex-Governador Dr. Paulo Pimentel. E na seqüência o Paraná teve a felicidade de ter a indicação do Dr. Osmar Fernandes Dias para estar à frente da Pasta da Secretaria durante estes seis anos.

O Paraná mudou seu visual, no setor agrícola. O Paraná passou a ser um dos Estados mais produtivos. E acima de tudo tendo a orientação técnica que serviu de modelo para os outros Estados do Brasil.

Talvez V.Exa. não tenha conhecimento, mas o Paraná Rural foi elogiado em Washington, nos Estados Unidos, pelo Banco Mundial. O Paraná é o Estado que através do setor agrícola tem e teve a maior credibilidade de financiamentos para os programas arrojados, à frente a Secretaria de Agricultura.

Nós não podemos misturar, Deputado Dr. Rosinha, algumas questões do tempo das invasões de terra que aqui eu sempre condenei, com um trabalho sério, competente que desenvolve o Secretário da Agricultura, fazendo com que a nossa produção se torne maior, levando o feijão e o arroz na mesa dos menos favorecidos.

É por isso, Sr. Presidente e Senhores Deputados, que pelo reconhecimento dos quatro anos que conheci Osmar Dias, junto ao Governo Álvaro Dias, é que voto, que reconheço merecido este Título que deve ser dado pelos Srs. Deputados a este ilustre Secretário. Não precisamos considerar esses dois anos que está à frente o Governo Roberto Requião, mas vamos reconhecer o que foi feito pelo menos nos quatro anos passados.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Encerrada a discussão, em votação. **Aprovado**, com voto contrário da Bancada do PT.

O SR. ROSINHA - Muito obrigado Senhor Presidente, queria só registrar que o programa de microbacias foi criado pelo então Secretário Claus Germer na época da gestão de José Richa e não foi criado por Osmar Dias.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - (Pela Ordem) -



Só para lembrar que o ex-Secretário Claus Germer foi o homem que condenou os nordestinos no nosso Estado.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Só para lembrar que isto é mentira.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 121/93, de autoria do Poder Executivo-Mensagem n° 008/93, que denomina Rodovia Prefeito João Alexandre o trecho da PR-466, que liga Paranavaí a Tamboara. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 125/93, de autoria da Deputada Emilia Belinati, que declara de Utilidade Pública a Associação Brasileira de Estudos do Alcool e outras Drogas- ADEAD, com sede e foro na cidade de Curitiba, neste Estado. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado, artigo por artigo.**

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n° 004/93, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova as contas da aplicação de Dotação de Subvenção Social dos Senhores Deputados, referentes ao exercício de 1992. Com PARECER FAVORÁVEL da C.T.C. **Aprovado, com voto contrário da Bancada do PT e da Deputada Emilia Belinati.**

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 106/93, de autoria do Deputado Nereu Moura, cria a Região Administrativa da Cantuquiriguaçu, integrada pelos municípios que especifica e com sede na cidade de Laranjeiras do Sul. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. (Publ. no DA. n° 25, de 31.03.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 106/93

PARECER:

Autor: Nereu Moura

A presente proposta colocada sob apreciação desta Comissão de Constituição e Justiça, tem o nobre Deputado Nereu Moura, como subscritor e visa criar a Região, Administrativa de Cantuquiriguaçu, integrando os municípios que especifica e com sede na cidade de Laranjeiras do Sul.

Esta Comissão se manifesta favoravelmente, pela aprovação, encontrando-se a matéria em perfeitas condições de seguir sua normal tramitação processual legislativa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO

Presidente

NELSON GARCIA

Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei n° 106/93. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei n° 106/93.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) -

Senhor Presidente. Está aqui à mesa de cada Deputado um relatório e que nós vamos ouvir após a Sessão por 10 minutos, o representante do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas do Paraná.

Infelizmente o Governo Itamar Franco vem ainda, prosseguindo o Projeto neoliberal do ex-Presidente Fernando Collor na questão das privatizações.

Está para entrar em leilão a empresa aqui do Paraná, a ULTRAFÉRTIL, nós vamos ouvir após a Sessão, uma exposição do Sindicato que tem uma série de questões muito sérias a dizer a esta Casa. O Paraná vai ser grandemente prejudicado pela privatização da ULTRAFÉRTIL. Inclusive a OCEPAR, a Organização das Cooperativas do Paraná já tem se manifestado e já tem exemplos de outras duas estatais que foram privatizadas nesta área que é a GOIASFÉRTIL e a FOSFÉRTIL e que já estão trazendo problemas na área de fertilizantes para o nosso país. O nosso Estado que é um Estado produtor, é um Estado agrícola que vai ter gravíssimas conseqüências.

Portanto, eu queria trazer isto à tona para convidar e solicitar dos Senhores Deputados a presença aqui na Sessão, na seqüência, para que nós possamos ouvir este trabalho e esta exposição de um assunto de tamanha importância ao nosso Estado. Faço isso para que nós possamos não ser depois, penalizados, por não estarmos contribuindo para que não sejam aplicados ao Paraná esses grandes prejuízos através da privatização da ULTRAFÉRTIL.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) -

Só para justificar perante Vossas Excelências e os demais Deputados em virtude da convocação da C.C.J. deveremos nos ausentar do Plenário eu e a Deputada Emilia Belinati, razão porque deixaremos de assistir a palestra do programa ULTRAFÉRTIL.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Sobre

a mesa, Requerimento n° 976, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 984, de autoria do Senhor Deputado Júlio Bifon, constante do

expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 983, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 994, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, com apoio dos Senhores Deputados Orlando Pessuti, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 977, de autoria do Senhor Deputado Júlio Bifon, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 982 e 981, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 979, de autoria do Senhor Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 964 e 965, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 966, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n°s 967 e 968, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 969, de autoria dos Senhores Deputados Doutor Rosinha, Ovídio Constantino e Ernani Pudell, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 970, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 971, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. -Em votação.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA (Para Encaminhar) - Tendo recebido orientação da liderança do partido de que se deveria votar pela rejeição do presente pedido de

informações, inquirir ao Deputado Renato Adur das razões. Entendo que os pedidos de informações constituem instrumento fundamental para o exercício do mandato parlamentar. E a bancada majoritária, em especial a bancada de apoio ao Governo, de regra não deve se colocar como obstáculo ao exercício da atividade parlamentar. E tive vistas deste requerimento, bem como de outro semelhante e percebi que não se trata de um pedido de informações, se trata de uma provocação a um organismo de segurança pública do Estado do Paraná. E, sendo provocação e não um pedido de informação, o encaminhamento correto é pela rejeição, porque não está entre as medidas e os processos, e não consta do processo legislativo nada e é de se ver que se estamos debatendo, qual dos pedidos de informações, são dois...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - O pedido de informações referente ao Deputado Luiz Carlos Zuk é envio de correspondência ao Secretário de Segurança Pública pedindo o conserto de uma ambulância que foi danificada...

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Acontece que V.Exa. leu resumidamente "requer envio de correspondência ao Secretário de Segurança Pública". Mas já deixo aqui o registro do encaminhamento de votação que será posterior de requerimento que será apreciado, já que tivemos apenas a súmula que me induziu a entender que se tratava deste pedido de informações e não estando prevista, no processo legislativo, a provocação e sim o pedido de informação, creio que é preciso, para dignificação do mandato, que possamos exercer e fazer uso deste instrumento adequadamente. Porque não é possível que convertamos o processo legislativo em instrumento de provocação de setores minoritários que podem, em interlocução correta com o Governo, obter as informações que são necessárias para o exercício do mandato parlamentar.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Está em votação o requerimento do Deputado Luiz Carlos Zuk. **Aprovado.**

Requerimento n° 974, de autoria do Sr. Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 975, de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s. 986, 987, 988, 989, 990 e 991, de autoria do Sr. Deputado Nimir Piacentini, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 978, de autoria do Sr.

Deputado Eurides Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 993, de autoria do Sr. Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 963, de autoria do Sr. Deputado José Alves, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 980, de autoria da Sra. Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Srs. Deputados Doutor Rosinha, Ovidio Constantino, Cezar Silvestri e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Em Discussão.**

UM SR. DEPUTADO (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento n° 992, de autoria do Sr. Deputado Namir Piacentini, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 935 e 936, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constantes do expediente de sessão anterior. **Para encaminhar.**

Para encaminhar, nobre Deputado Luiz Henrique Bona Turra.

O SR. LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Disse antes, o processo Legislativo não prevê a provocação entre os instrumentos do exercício do mandato parlamentar. Sendo pública a política de segurança pública do Estado do Paraná pode S.Exa. o Deputado Algaci Túlio pronunciar-se sobre ela sem, e sendo absolutamente desnecessária a provocação contida no presente pedido de informações. De modo que, tendo inquirido o Deputado Líder da Bancada sobre a natureza do requerimento, para me convencer da desnecessidade de sua aprovação e tendo em vista esse requerimento, creio, seja, inclusive o caso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de uma recomendação, no interior da Bancada do PMDB temos debatido o conjunto de procedimentos que são necessários para a dignificação do registro do Mandato Parlamentar e do próprio Poder Legislativo a recusa ou a rejeição sumária de iniciativas que são iniciativas da Bancada minoritária, de oposição ao Governo, deixam de consistir na política geral do PMDB, como no passado, enquanto Governava o PDS, Governava a Arena, só eram aprovados os requerimentos listados pela liderança da maioria, e de notar que entre a Bancada Oposicionista há uma expressiva participação e representação de setores e

lideranças ligadas ao velho regime, e, portanto, vinculadas a essas velhas práticas, nós afirmamos aqui que não é da prática do PMDB reproduzir essa política. De modo que, para que nós possamos ter um diálogo eficaz e correto entre a Bancada majoritária de apoio ao Governo e a Bancada que faz oposição, creio, será preciso que nos concentremos no processo legislativo no sentido, não de promover através do processo legislativo pronunciamentos de rádio, mas através do processo legislativo promovermos a fiscalização do Poder Executivo, e creio, é justamente por isso, e por essas razões e por outras que se desmoraliza o Poder Legislativo, se utilizar do processo legislativo com fins que não são o do correto exercício do mandato popular.

É o encaminhamento, Senhor Presidente.

O SR. ERNANI PUDELL - É impossível nós tomarmos conhecimento do teor do requerimento.

(Recebe cópia do requerimento)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Em votação o requerimento.  
Rejeitado.

A SRA. EMILIA BELINATI - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Os Senhores Deputados que aprovam queiram se levantar. 07 (sete) Senhores Deputados aprovam o requerimento. Os Senhores Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar-se. 13 (treze) Senhores Deputados rejeitam o projeto.

Não há quórum para decisão.

O SR. TOTI COLAÇO - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento)

Eu só queria comunicar ao Deputado Ovídio Constantino, pedir desculpas, mas eu não vou poder permanecer no Plenário e nem participar da reunião que vai ser realizada em seguida, porque já assumi um compromisso com o Secretário da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão)

Requerimentos n° 972 e 973, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento n° 901, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente de sessão anterior. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento n° 947, de autoria do Senhor Deputado Paulo Maia, constante do expediente de sessão anterior. **Encerrada a**

**discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 29, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 054/93.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s. 102, 110, 117 e 129/93.

Levanta-se a sessão.

**Atas das Comissões:**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 5.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de abril de mil novecentos e noventa e três, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões desta Assembléia Legislativa do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Senhor Deputado Erondy Silvério e com a presença dos seguintes Deputados: Nelson Garcia, Nilton Barbosa, José Arthur Ritti, Emilia Belinati, Toti Colaço, Paulo Maia, Colombino Grassano e João Iensen. Havendo número legal, o Senhor Presidente deu por aberta a presente sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após colocá-la em discussão e votação. Passa-se à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei n° 121/93 do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 2) Projeto de Lei n° 106/93 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nelson Garcia - APROVADO; 3) Projeto de Lei n° 105/93 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Nilton Barbosa - APROVADO; 4) Projeto de Lei n° 116/93 de autoria do Deputado Renato Adur. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Arthur Ritti - APROVADO; 5) Projeto de Lei n° 66/93 de autoria do Deputado Nereu Moura. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO; 6) Projeto de Lei n° 226/91 de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Parecer FAVORÁVEL da Deputada Emilia Belinati - APROVADO. Esta Deputada faz uso da palavra para apresentar um requerimento (anexo). O Senhor Presidente encaminhará à Comissão Executiva para que tome as medidas legais cabíveis. 7) Projeto de Lei n° 118/93 de autoria do Deputado Nilton Barbosa. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Toti Colaço - APROVADO; 8) Projeto de Lei n° 095/93 de autoria do Deputado Algaci Túlio. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO; 9) Projeto de Lei n° 109/93 de autoria do Deputado Djalma de Almeida Cesar. Parecer CONTRÁRIO do Depu-

Curitiba, quarta, em 28.04.93

tado Paulo Maia - APROVADO: 10) Projeto de Lei n° 125/93 de autoria da Deputada Emilia Belinati. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Paulo Maia - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada esta reunião.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
Ana Lucia Andretta - Secretária

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER que sejam tomadas providências quanto ao descumprimento, por Chefes de Pastas do Poder Executivo, dos pedidos de informações e diligências por esta Comissão, a exemplo dos seguintes Projetos: n° 226/91, pedido de diligência ao Secretário de Transportes; n° 270/92, pedido de diligência ao Secretário da Administração e ao Presidente da Junta Comercial do Paraná; n° 230/92, pedido de diligência ao Secretário de Justiça e à Governadoria do Estado, e n° 295/92, pedido ao Secretário de Saúde.

Ocorre que a Constituição do Estado é clara em seu inciso V do art. 90, onde trata das informações dos Secretários de Estado, bem como sua responsabilização pelo não cumprimento.

Sala das Comissões, em 20.04.93.

(a) EMILIA BELINATI

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO  
12.ª LEGISLATURA - 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de março de um mil, novecentos e noventa e três, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniram-se os membros indicados pelas lideranças partidárias para comporem a Comissão de Fiscalização, com o fim específico de proceder sua instalação e eleição, presidida na forma regimental pelo Deputado Duílio Genari. Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declarou instalada a comissão, anunciando em seguida a realização das eleições para Presidente e Vice-Presidente. Procedido o sufrágio, constatou-se a maioria de votos nos nomes dos Deputados Mário Bezerra e Djalma de Almeida Cesar para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Nada mais havendo a tratar, o Senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliete de Paula Xavier Ziesemer, Secretária da Comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros da comissão, para que se produza os efeitos legais.

(aa) DUÍLIO GENARI

MÁRIO BEZERRA

NAMIR PIACENTINI

NELSON ROBERTO JUSTUS

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA

DJALMA DE ALMEIDA CESAR

LUIZ CARLOS MARTINS

Eliete de Paula Xavier Ziesemer  
Secretária

EMERENTINO DA CRUZ PACCA  
Coordenador da CEPE

PAULO GOMES  
Diretor de Serviços Especiais

CINTIA MOLINARI  
Diretora de Pessoal

ROGÉRIO ZARA DO AMARAL  
Chefe do Gabinete da 1.<sup>a</sup> Secretaria

LUIZ FERNANDO TATARA RIBAS  
Coordenador do Cerimonial

DR. ROGÉRIO SCHEIDER  
Coordenador do Serviço Médico

DR. HILÁRIO FREGONESE  
Coordenador do Serviço Odontológico  
(a) Dep. ORLANDO PESSUTI  
Presidente

Ato da Presidência:

RELAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO DE  
ESTÁGIOS SUPERVISIONADOS DO ANO DE 1.993.

ABIB MIGUEL  
Presidente - Diretor Geral

DIVA SCARAMELIA OGIBOWSKI  
Supervisora de Estágios e Chefe do Setor